

1. UFF 2011

Segundo Platão, as opiniões dos seres humanos sobre a realidade são quase sempre equivocadas, ilusórias e, sobretudo, passageiras, já que eles mudam de opinião de acordo com as circunstâncias. Como agem baseados em opiniões, sua conduta resulta quase sempre em injustiça, desordem e insatisfação, ou seja, na imperfeição da sociedade.

Em seu livro A República, ele, então, idealizou uma sociedade capaz de alcançar a perfeição, desde que seu governo coubesse exclusivamente

- a. aos guerreiros, porque somente eles teriam força para obrigar todos a agirem corretamente.
- b. aos tiranos, porque somente eles unificariam a sociedade sob a mesma vontade.
- c. aos mais ricos, porque somente eles saberiam aplicar bem os recursos da sociedade.
- d. aos demagogos, porque somente eles convenceriam a maioria a agir de modo organizado.
- e. aos filósofos, porque somente eles disporiam de conhecimento verdadeiro e imutável.

2. ENEM 2015

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.

HOBBS, T. Leviatã. São Paulo Martins Fontes, 2003

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles

- a. entravam em conflito.
- b. recorriam aos clérigos.
- c. consultavam os anciãos.
- d. apelavam aos governantes.
- e. exerciam a solidariedade.

3. ENEM 2013

Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.

MAQUIAVEL, N. O príncipe. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas, Maquiavel define o homem como um ser

- a. munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.
- b. possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
- c. guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.

d. naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.

e. sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.

4. UFF 2012

Aristóteles considerava que era melhor para a sociedade a soberania política ser entregue ao povo, como ocorre na democracia, do que a alguns homens notáveis, como na oligarquia ou aristocracia. Ele argumentava que, mesmo que um indivíduo isoladamente não fosse muito competente no ato de julgar, quando unido a outros cidadãos julga melhor, porque a união reúne as qualidades de cada um.

A vantagem da democracia, segundo o ponto de vista de Aristóteles, seria a de

a. combinar as qualidades de muitos e neutralizar seus defeitos.

b. garantir que os defeitos do povo sejam corrigidos pela elite.

c. proporcionar à maioria as vantagens da corrupção.

d. permitir que os grandes homens falem em nome de todos.

e. promover o anonimato das opiniões e decisões.

5. ESPM 2012

Os textos abaixo referem-se a pensadores cujas obras e ideias exerceram forte influência em importantes eventos ocorridos nos séculos XVII e XVIII. Leia-os e aponte a alternativa que os relaciona corretamente a seus autores:

I. “O filósofo desenvolveu em seus Dois Tratados Sobre Governo a ideia de um Estado de base contratual. Esse contrato imaginário entre o Estado e os seus cidadãos teria por objeto garantir os direitos naturais do homem, ou seja, liberdade, felicidade e prosperidade. A maioria tem o direito de fazer valer seu ponto de vista e, quando o Estado não cumpre seus objetivos e não assegura aos cidadãos a possibilidade de defender seus direitos naturais, os cidadãos podem e devem pegar em armas contra seu soberano para assegurar um contrato justo e a defesa da propriedade privada”.

II. “O filósofo propôs um sistema equilibrado de governo em que haveria a divisão de poderes (legislativo, executivo e judiciário). Em sua obra O Espírito das Leis alegava que tudo estaria perdido se o mesmo homem ou a mesma corporação exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar e o de julgar os crimes ou as desavenças dos particulares. Afirmava que só se impede o abuso do poder quando pela disposição das coisas só o poder detém o poder”.

a. I – John Locke; II – Voltaire;

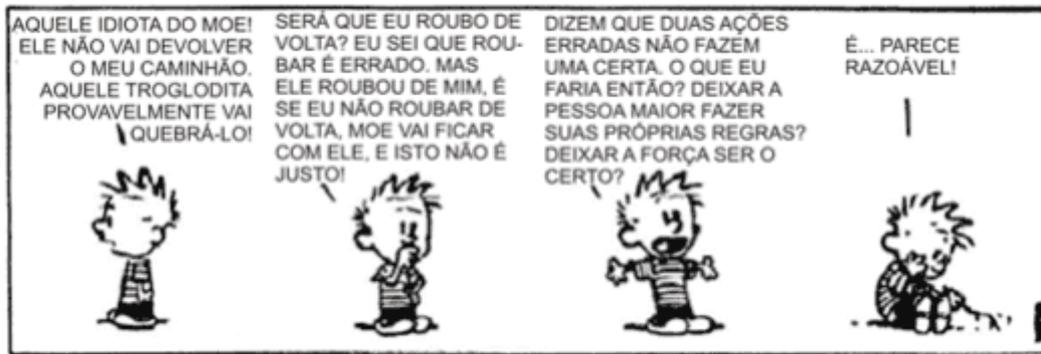
b. I – John Locke; II – Montesquieu;

c. I – Rousseau; II – John Locke;

d. I – Rousseau; II – Diderot;

e. I – Montesquieu; II – Rousseau.

6. ENEM 2012



WATTERSON, B. Calvin e Haroldo: O Progresso Científico deu "Til". São Paulo: Best News, 1991.

De acordo com algumas teorias políticas, a formação do Estado é explicada pela renúncia que os indivíduos fazem de sua liberdade natural quando, em troca da garantia de direitos individuais, transferem a um terceiro o monopólio do exercício da força. O conjunto dessas teorias é denominado de

- a. liberalismo.
- b. despotismo.
- c. socialismo.
- d. anarquismo.
- e. contratualismo.

7. UFU 2003

“Para compreender a História, a análise marxista remonta aos fundamentos materiais da ação humana, à produção e à reprodução materiais da vida humana. Nela descobre as leis históricas objetivas, mas não nega, no entanto, o papel da subjetividade na História. Apenas determina o lugar exato que lhe cabe na totalidade objetiva da evolução da natureza e da sociedade.”

LUKÁCS, G. Existencialismo ou marxismo. São Paulo: Senzala, 1967. p. 127.

A citação acima exprime, com rigor, o método materialista dialético, concebido por Karl Marx para a investigação social, cujo propósito era a transformação da sociedade, tendo em vista a superação do capitalismo e a construção da sociedade sem classes.

Com base na citação, assinale a alternativa correta.

- a. Os fundamentos materiais da ação humana decorrem das relações sociais, manifestadas nas relações de produção, que determinam o ser social do homem e interferem no mundo da natureza.
- b. A subjetividade é o motor da história, pois é ela, como consciência, que determina todo o progresso material e dirige a integração do homem com a natureza, resultando, então, a objetivação da natureza.
- c. As relações de produção, enquanto relações materiais celebradas entre os homens, são relações mecânicas e independentes da vontade e da subjetividade humana, que se submetem à lei natural.
- d. A totalidade objetiva da evolução da natureza e da sociedade cumprem seu destino natural e realizam a sua finalidade, que é a harmonia, a paz e a prosperidade do homem graças ao trabalho assalariado.

8. UFU 2003

“Portanto, um príncipe deve gastar pouco para não ser obrigado a roubar seus súditos; para poder defender-se; para não se empobrecer, tornando-se desprezível; para não ser forçado a tornar-se rapace; e pouco cuidado lhe dê a pecha de miserável; pois

esse é um dos defeitos que lhe dão a possibilidade de bem governar.”

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Coleção Os Pensadores. p. 66.

Assinale a alternativa que interpreta corretamente o pensamento do filósofo florentino.

- a. O príncipe não precisa roubar os súditos, porque a ele é reservada a fortuna, toda riqueza possível de ser acumulada graças à capacidade de poupar os tesouros. Esta definição de fortuna, cunhada por Maquiavel, é típica da época em que havia o apego às riquezas materiais, especialmente, a prata e o ouro da América.
- b. A visão política de Maquiavel era a mesma dos seus contemporâneos, favorável ao poder absoluto dos governantes e defensora da opressão do Estado sobre os súditos, o que resultou na manutenção do Estado feudal, caracterizado pela expropriação da sociedade, por meio de tributos elevados e injustos.
- c. A defesa da sobriedade administrativa do príncipe evidencia a forte ligação que unia Maquiavel à Igreja Católica, ambos imbuídos na defesa do poder divino dos soberanos. Prova disso é que, em seu livro O Príncipe, Maquiavel exorta o novo príncipe a ser sempre piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso.
- d. Maquiavel identifica o príncipe com o homem de ação, cujo caráter é formado pela ética que lhe permite o uso dos meios apropriados para a organização do seu Estado; o novo príncipe deve ser corajoso e inteligente, evitando a opulência e a ostensão em favor de seu poder político.

9. UNICAMP 2012

“O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais não deixa de ser mais escravo do que eles. (...) A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. (...) Haverá sempre uma grande diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade. Sejam homens isolados, quantos possam ser submetidos sucessivamente a um só, e não verei nisso senão um senhor e escravos, de modo algum considerando-os um povo e seu chefe. Trata-se, caso se queira, de uma agregação, mas não de uma associação; nela não existe bem público, nem corpo político.”

(Jean-Jacques Rousseau, Do Contrato Social. [1762]. São Paulo: Ed. Abril, 1973, p. 28,36.)

Sobre Do Contrato Social, publicado em 1762, e seu autor, é correto afirmar que:

- a. Rousseau, um dos grandes autores do Iluminismo, defende a necessidade de o Estado francês substituir os impostos por contratos comerciais com os cidadãos.
- b. A obra inspirou os ideais da Revolução Francesa, ao explicar o nascimento da sociedade pelo contrato social e pregar a soberania do povo.
- c. Rousseau defendia a necessidade de o homem voltar a seu estado natural, para assim garantir a sobrevivência da sociedade.
- d. O livro, inspirado pelos acontecimentos da Independência Americana, chegou a ser proibido e queimado em solo francês.

10. UFU 2013

Em seus estudos sobre o Estado, Maquiavel busca decifrar o que diz ser uma *verità effettuale*, a “verdade efetiva” das coisas que permeiam os movimentos da multifacetada história humana/política através dos tempos. Segundo ele, há certos traços humanos comuns e imutáveis no decorrer daquela história. Afirma, por exemplo, que os homens são “íngratos, volúveis, simuladores, covardes ante os perigos, ávidos de lucro”.

(O Príncipe, cap. XVII)

Para Maquiavel:

- a. A “verdade efetiva” das coisas encontra-se em plano especulativo e, portanto, no “dever-ser”.

- b. Fazer política só é possível por meio de um moralismo piedoso, que redime o homem em âmbito estatal.
- c. Fortuna é poder cego, inabalável, fechado a qualquer influência, que distribui bens de forma indiscriminada.
- d. A Virtù possibilita o domínio sobre a Fortuna. Esta é atraída pela coragem do homem que possui Virtù.

11. IFSP 2011

“– Mas escuta, a ver se eu digo bem. O princípio que de entrada estabelecemos que devia observar-se em todas as circunstâncias, quando fundamos a cidade, esse princípio é, segundo me parece, ou ele ou uma das suas formas, a justiça. Ora nós estabelecemos, segundo suponho, e repetimo-lo muitas vezes, se bem te lembras, que cada um deve ocupar-se de uma função na cidade, aquela para qual a sua natureza é mais adequada.”

(PLATÃO. A República. Trad. de Maria Helena da Rocha Pereira. 7 ed. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 2001, p. 185.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a concepção platônica de justiça, na cidade ideal, assinale a alternativa correta.

- a. Para Platão, a cidade ideal é a cidade justa, ou seja, a que respeita o princípio de igualdade natural entre todos os seres humanos, concedendo a todos os indivíduos os mesmos direitos perante a lei.
- b. Platão defende que a democracia é fundamento essencial para a justiça, uma vez que permite a todos os cidadãos o exercício direto do poder.
- c. Na cidade ideal platônica, a justiça é o resultado natural das ações de cada indivíduo na perseguição de seus interesses pessoais, desde que esses interesses também contribuam para o bem comum.
- d. Para Platão, a formação de uma cidade justa só é possível se cada cidadão executar, da melhor maneira possível, a sua função própria, ou seja, se cada um fizer bem aquilo que lhe compete, segundo suas aptidões.
- e. Platão acredita que a cidade só é justa se cada membro do organismo social tiver condições de perseguir seus ideais, exercendo funções que promovam sua ascensão econômica e social.

12. UNICAMP 2012

“O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais não deixa de ser mais escravo do que eles. (...) A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. (...) Haverá sempre uma grande diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade. Sejam homens isolados, quantos possam ser submetidos sucessivamente a um só, e não verei nisso senão um senhor e escravos, de modo algum considerando-os um povo e seu chefe. Trata-se, caso se queira, de uma agregação, mas não de uma associação; nela não existe bem público, nem corpo político.”

(Jean-Jacques Rousseau, Do Contrato Social. [1762]. São Paulo: Ed. Abril, 1973, p. 28,36.)

No trecho apresentado, o autor

- a. argumenta que um corpo político existe quando os homens encontram-se associados em estado de igualdade política.
- b. reconhece os direitos sagrados como base para os direitos políticos e sociais.
- c. defende a necessidade de os homens se unirem em agregações, em busca de seus direitos políticos.
- d. denuncia a prática da escravidão nas Américas, que obrigava multidões de homens a se submeterem a um único senhor.

13. UFU 2012

Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei de natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

A partir da leitura do texto acima e de acordo com o pensamento político do autor, assinale a alternativa correta.

- a. Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de servidão.
- b. Para Locke, o direito dos homens a todas as coisas independe da conveniência de cada um.
- c. Segundo Locke, a origem do poder político depende do estado de natureza.
- d. Segundo Locke, a existência de permissão para agir é compatível com o estado de natureza.

14. UFU 2007

Antonio Gramsci, filósofo político do século passado, proferiu o seguinte comentário a respeito de Maquiavel:

“Maquiavel não é um mero cientista; ele é um homem de participação, de paixões poderosas, um político prático, que pretende criar novas relações de força e que por isso mesmo não pode deixar de se ocupar com o ‘deve ser’, que não deve ser entendido em sentido moralista. Assim, a questão não deve ser colocada nestes termos, é mais complexa: trata-se de considerar se o ‘dever ser’ é um ato arbitrário ou necessário, é vontade concreta, ou veleidade, desejo, sonho. O político em ação é um criador, um suscitador; mas não cria do nada, nem se move no vazio turbido dos seus desejos e sonhos. Baseia-se na realidade factual.”

GRAMSCI, A. Maquiavel. A política e o Estado moderno. 5. ed. Trad. de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. p. 42/43.

Considerando o texto de Gramsci, marque a alternativa correta.

- a. O poder da paixão do político prático é visto por Maquiavel como o único caminho para o poder, isto significa que o príncipe deve agir guiado pelas suas veleidades e desejos que alimentam o seu sonho de poder.
- b. Maquiavel não trata o “deve ser” na perspectiva ontológica da filosofia clássica. O juízo moral se submete às condições concretas que se apresentam para a conquista e a conservação do poder do Estado pelo príncipe moderno.
- c. A realidade factual não deve ser vista como o conjunto das forças históricas. Elas podem ser desprezadas porque o príncipe é dotado de sabedoria suficiente para prescindir delas e agir motivado apenas pelos seus desejos.
- d. O príncipe é um homem de criação, que dá forma ao “dever ser” e rompe a distância que separa o sonho da realidade, porque tudo aquilo que ele quer, ele faz independente da realidade factual em que se insere a ação política.

15. ENEM 2012

Não ignoro a opinião antiga e muito difundida de que o que acontece no mundo é decidido por Deus e pelo acaso. Essa opinião é muito aceita em nossos dias, devido às grandes transformações ocorridas, e que ocorrem diariamente, as quais escapam à conjectura humana. Não obstante, para não ignorar inteiramente o nosso livre-arbítrio, creio que se pode aceitar que a sorte decida metade dos nossos atos, mas [o livre-arbítrio] nos permite o controle sobre a outra metade.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Brasília: EdUnB, 1979 (adaptado).

Em O Príncipe, Maquiavel refletiu sobre o exercício do poder em seu tempo. No trecho citado, o autor demonstra o vínculo entre o

seu pensamento político e o humanismo renascentista ao

- a. valorizar a interferência divina nos acontecimentos definidores do seu tempo.
- b. rejeitar a intervenção do acaso nos processos políticos.
- c. afirmar a confiança na razão autônoma como fundamento da ação humana.
- d. romper com a tradição que valorizava o passado como fonte de aprendizagem.
- e. redefinir a ação política com base na unidade entre fé e razão.

16. PUC-PR 2015

Leia o fragmento a seguir, extraído do Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, de Rousseau:

“É do homem que devo falar, e a questão que examino me indica que vou falar a homens, pois não se propõem questões semelhantes quando se teme honrar a verdade. Defenderei, pois, com confiança a causa da humanidade perante os sábios que a isso me convidam e não ficarei descontente comigo mesmo se me tornar digno de meu assunto e de meus juízes”.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.159.

A partir da teoria contratualista de Rousseau, assinale a alternativa que representa aquilo que o filósofo de Genebra pretende defender na obra.

- a. Que a desigualdade social é permitida pela lei natural e, portanto, o Estado não é responsável pelo conflito social.
- b. Que a desigualdade social é autorizada pela lei natural, ou seja, que a natureza não se encontra submetida à lei.
- c. Que no estado natural existe apenas o direito de propriedade.
- d. Que a desigualdade moral ou política é uma continuidade daquilo que já está presente no estado natural.
- e. Que há, na espécie humana, duas espécies de desigualdade: a primeira, natural, e a segunda, moral ou política.

17. UFSJ 2013

Thomas Hobbes afirma que “Lei Civil”, para todo súdito, é

- a. “construída por aquelas regras que o Estado lhe impõe, oralmente ou por escrito, ou por outro sinal suficiente de sua vontade, para usar como critério de distinção entre o bem e o mal”.
- b. “a lei que o deixa livre para caminhar para qualquer direção, pois há um conjunto de leis naturais que estabelece os limites para uma vida em sociedade”.
- c. “reguladora e protetora dos direitos humanos, e faz intervenção na ordem social para legitimar as relações externas da vida do homem em sociedade”.
- d. “calcada na arbitrariedade individual, em que as pessoas buscam entrar num Estado Civil, em consonância com o direito natural, no qual ele – o súdito – tem direito sobre a sua vida, a sua liberdade e os seus bens”.

18. UFSJ 2006

Para Aristóteles, “... há uma diferença entre argumentos que procedem dos primeiros princípios e os que se voltam para eles. (...)... embora devamos começar pelo que é conhecido, os objetos do conhecimento o são em dois sentidos diferentes: alguns para nós, outros na acepção absoluta da palavra”

(ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 51. (Coleção Pensadores)).

Nesse caso, para ouvir inteligentemente as preleções sobre temas da ciência política, é preciso

- a. ignorar e distanciar-se dos fatos políticos.
- b. ignorar e distanciar-se do ponto de partida da questão política.
- c. ter sido educado nos bons hábitos.
- d. ter conhecimento sobre retórica.

19. UNIOESTE 2013

“Com isto se torna manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. [...] E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar segurança a ninguém. Portanto, apesar das leis da natureza (que cada um respeita quando tem vontade de respeitá-las e quando pode fazê-lo com segurança), se não for instituído um poder suficientemente grande para nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar apenas em sua própria força e capacidade, como proteção contra todos”.

Hobbes.

Considerando o texto citado e o pensamento político de Hobbes, seguem as afirmativas abaixo:

- I. A situação dos homens, sem um poder comum que os mantenha em respeito, é de anarquia, geradora de insegurança, angústia e medo, pois os interesses egoísticos são predominantes, e o homem é lobo para o homem.
- II. As consequências desse estado de guerra generalizada são as de que, no estado de natureza, não há lugar para a indústria, para a agricultura nem navegação, e há prejuízo para a ciência e para o conforto dos homens.
- III. O medo da morte violenta e o desejo de paz com segurança levam os indivíduos a estabelecerem entre si um pacto de submissão para a instituição do estado civil, abdicando de seus direitos naturais em favor do soberano, cujo poder é limitado e revogável por causa do direito à resistência que tem vigência no estado civil assim instituído.
- IV. Apesar das leis da natureza, por não haver um poder comum que mantenha a todos em respeito, garantindo a paz e a segurança, o estado de natureza é um estado de permanente temor e perigo da morte violenta, e “a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta”.
- V. O poder soberano instituído mediante o pacto de submissão é um poder limitado, restrito e revogável, pois no estado civil permanecem em vigor os direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade, bem como o direito à resistência ao poder soberano.

Das afirmativas feitas acima

- a. somente a afirmação I está correta.
- b. as afirmações I e III estão corretas.
- c. as afirmações II e IV estão incorretas.
- d. as afirmações III e V estão incorretas.
- e. as afirmações II, III e IV estão corretas.

20. UNIOESTE 2013

“Através dos princípios de um direito natural preexistente ao Estado, de um Estado baseado no consenso, de subordinação do poder executivo ao poder legislativo, de um poder limitado, de direito de resistência, Locke expôs as diretrizes fundamentais do Estado liberal.”

Bobbio.

Considerando o texto citado e o pensamento político de Locke, seguem as afirmativas abaixo:

- I. A passagem do estado de natureza para a sociedade política ou civil, segundo Locke, é realizada mediante um contrato social, através do qual os indivíduos singulares, livres e iguais dão seu consentimento para ingressar no estado civil.
- II. O livre consentimento dos indivíduos para formar a sociedade, a proteção dos direitos naturais pelo governo, a subordinação dos poderes, a limitação do poder e o direito à resistência são princípios fundamentais do liberalismo político de Locke.
- III. A violação deliberada e sistemática dos direitos naturais e o uso contínuo da força sem amparo legal, segundo Locke, não são suficientes para conferir legitimidade ao direito de resistência, pois o exercício de tal direito causaria a dissolução do estado civil e, em consequência, o retorno ao estado de natureza.
- IV. Os indivíduos consentem livremente, segundo Locke, em constituir a sociedade política com a finalidade de preservar e proteger, com o amparo da lei, do arbítrio e da força comum de um corpo político unitário, os seus inalienáveis direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade.
- V. Da dissolução do poder legislativo, que é o poder no qual “se unem os membros de uma comunidade para formar um corpo vivo e coerente”, decorre, como consequência, a dissolução do estado de natureza.

Das afirmativas feitas acima

- a. somente a afirmação I está correta.
- b. as afirmações I e III estão corretas.
- c. as afirmações III e IV estão corretas.
- d. as afirmações II e III estão corretas.
- e. as afirmações III e V estão incorretas.

GABARITO: 1) e, 2) a, 3) c, 4) a, 5) b, 6) e, 7) a, 8) d, 9) b, 10) d, 11) d, 12) a, 13) c, 14) b, 15) c, 16) e, 17) a, 18) c, 19) d, 20) e.